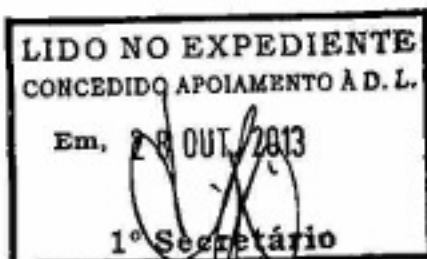




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



PROJETO DE LEI 564/13

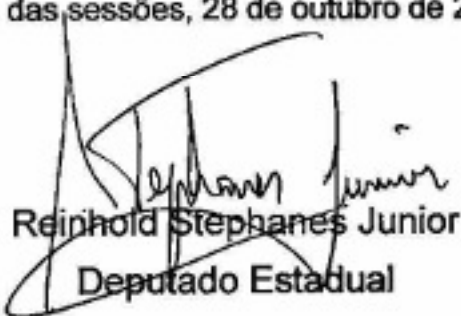


SÚMULA: Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná os Jogos da **Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Paraná- AMCESPAR**.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, os JOGOS AMCESPAR (Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Paraná), a ser realizado anualmente, no mês de outubro, na Cidade de Irati-PR.

Art. 2º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 28 de outubro de 2013.

  
Reinhold Stephanes Junior  
Deputado Estadual



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**JUSTIFICATIVA**

A Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Estado do Paraná –**AMCESPAR**– Microrregião 17, foi fundada em 25 de março de 1983 na Cidade de Irati-PR.

A **AMCESPAR** é uma entidade que visa especialmente a integração administrativa, executiva, econômica e social dos municípios que a compõem, compreendidos na região centro-sul do Estado do Paraná.

Foi constituída, na sua fundação, pelos municípios de Irati sendo cidade pólo e sede onde concentra as secretarias de estado: Inácio Martins, Ipiranga, Ivai, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares.

A **AMCESPAR** acolhe também os municípios que vieram a ser criados por desmembramentos, como é o caso de Fernandes Pinheiro (Teixeira Soares) e Guamiranga (Imbituva).

Através da lei número 11.121 do Diário Oficial do Estado do Paraná em 30 de junho de 1995 a **AMCESPAR** foi declarada de Utilidade Pública sem fins Lucrativos.

Através da união destes 12 municípios, todas as determinações estabelecidas pelos seus representantes significam a administração de uma área de 9.841.622 Km, onde a população ultrapassa os 225.000 habitantes.

Respeitada a autonomia dos Municípios estabelecida pela Constituição Federal, a **AMCESPAR** tem por como finalidade a integração regional, econômica e administrativa dos Municípios associados.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI 564/2013

Projeto de Lei nº. 564/2013

Autor: Deputado Stephanes Junior.

**Súmula:** Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná os Jogos da Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Paraná – AMCESPAR.

**EMENTA:** INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO OS JOGOS DA AMCESPAR. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER.

### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Stephanes Junior, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado os Jogos da Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Paraná (AMCESPAR), a ser comemorado anualmente, no mês de outubro, na cidade de Irapuã-PR.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

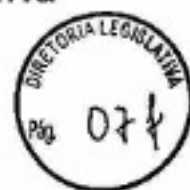
**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**  
**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o **pleno exercício dos direitos culturais** e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APPROVADO**

06/05/14

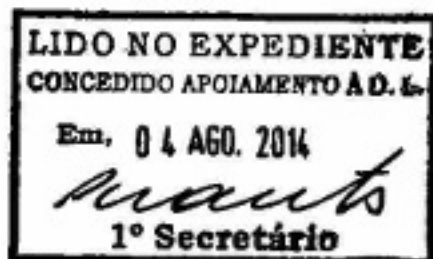


# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



PROJETO DE LEI N. 354/14



**SÚMULA:** Declara de Utilidade Pública o Instituto de Atendimento e Pesquisa em Equoterapia e Responsabilidade Social, com sede e foro no Município de Curitiba Pr.

**Art. 1º.** Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto de Atendimento e Pesquisa em Equoterapia e Responsabilidade Social, com sede e foro no Município de Curitiba Pr.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de Agosto de 2014.

  
GILSON DE SOUZA

Deputado Estadual

3º. Secretário

04-483-2014 14:59 083893 1/1

DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



### JUSTIFICATIVA

O Instituto de Atendimento e Pesquisa em Equoterapia e Responsabilidade Social tem como finalidade o desenvolvimento sustentável através de pesquisas e projetos ligados à Promoção Social e ao Meio Ambiente, desenvolvendo seus trabalhos junto à criança e adolescentes.

O Instituto atua também no atendimento à pessoas com necessidades especiais através de uma equipe multidisciplinar especializada.

Tem como princípio ético e geral, a isenção de quaisquer preconceitos ou discriminações relativo à cor, raça. Credo religioso, a classes socioeconômicas

Por Tratar-se de Instituição séria e organizada, consideramos nosso pleito justo e legítimo.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 354/2014**

Projeto de Lei nº. 354/2014  
Autor: Deputado Gilson de Souza

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Instituto de Atendimento e Pesquisa em Equoterapia e Responsabilidade Social, com sede e foro no Município de Curitiba- PR.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA  
– LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS  
PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Gilson de Souza, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **INSTITUTO DE ATENDIMENTO E PESQUISA EM EQUOTERAPIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 1º** O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12 de Agosto de 2014.

*Nelson Justus*  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

*Fernando Scanavacca*  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

*Ademir Traiano*

*Terêncio Turine*

*Pedro Lupion*

*Alexandre Puri*

*Pastor Edison*